

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Ministro do STF nega troca de mensagens

Advogado: crime, só se Moraes tiver favorecido Vercaro

Advogado criminalista e professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio, Breno Melaragno Costa afirma: mesmo que sejam autênticas, mensagens entre Daniel Vercaro e o ministro Alexandre de Moraes não caracterizariam cometimento de crime. Segundo ele, a infração só existiria caso o integrante do Supremo Tribunal Federal tivesse tomado alguma decisão relacionada ao ex-banqueiro que possa ser caracterizada como parcial. Essa eventual parcialidade poderia até ser indicada na análise do conteúdo de outras mensagens que teriam sido trocadas com o ex-dono do Master, que voltou a ser preso na semana passada.

Ato de ofício

De acordo com Melaragno Costa, o crime seria caracterizado com a comprovação de um ato de ofício, ou seja, uma decisão tomada por Moraes que indique um favorecimento ao empresário. Em notas, o ministro do STF negou que tenha trocado mensagens com Vercaro, como as que foram divulgadas na semana passada, enviadas em 2025, no dia em que o então banqueiro foi preso pela primeira vez.

Banco Master



Ex-banqueiro contratou mulher de Moraes

Master class de ética

A nota divulgada pelo escritório de Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro Alexandre de Moraes, cita cinco vezes a palavra “ética”. O documento confirma o contrato milionário com o Master. Segundo o texto, caberia aos advogados orientarem o banco para que obtivesse o Selo Pro-Ética, que implicaria revisão de seu Código de Ética e Conduta que, afirma a nota, foi implementado. Também caberia à banca elaborar e apresentar processos para certificação de ética e governança do Master.

‘Compliance’ e políticas

Na nota, a palavra “compliance” — que define um conjunto de normas de comportamento de uma empresa — é citada nove vezes. O contrato, que segundo o escritório, durou 22 meses, incluía também elaboração de políticas: de relacionamento com poder público, de licitações e contratos, de contato com concorrentes e de conflito de interesses. O pagamento era de R\$ 3,6 milhões mensais.

6 x 1 em 1987

A jornada de 40 horas semanais, que viabilizaria o fim da escala 6 x 1, esteve perto de ser aprovada em 1987, na Comissão de Sistematização da Assembleia Constituinte. Foi barrada graças à atuação do líder do PMDB, Euclides Scalco, que encaminhou contra a proposta do deputado Brandão Monteiro (PDT-TJ).

Influência

A atuação de Scalco fez com que 21 dos 49 peemedebistas que integravam a comissão votassem contra a emenda — 28 foram a favor, mas a orientação do líder pesou para a derrota por 51 a 40. PDS, PFL e PI também foram contra. Antes, a comissão aprovara a redução da jornada de 48 para 44 horas de trabalho.

Dado fora

Por falar no MDB. A direção nacional do partido foi muito pressionada para revogar a filiação do ator Dado Dolabella, que já foi condenado por agredir mulheres. Até funcionárias da sigla foram cobrar providências do presidente emedebista, deputado Baleia Rossi (SP). Dado seria candidato a deputado federal.

Cai, cai, balão...

Baleia conversou com o presidente do MDB-RJ, Washington Reis, que havia aberto as portas do partido para o ator, comemorado sua filiação e divulgado um vídeo dizendo que ele iria “arrebentar a boca do balão”. Segundo a direção nacional do partido, o diretório local acabou concordando com a desfiliação, formalizada ontem.

Grandes famílias

Catuca pai, catuca mãe, catuca filhos: a julgar pelos últimos dias, a eleição vai ser marcada por acusações que envolvem as famílias dos principais candidatos ao Planalto. A bola da vez é Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, mas o jogo tende também a chegar na família do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Indicação

Ontem, o STF mandou prender, por suposta colaboração com um traficante internacional, o advogado Alessandro Pitombeira Carracena, ex-secretário de Esporte do governo do Rio. A nomeação deste teria sido solicitada ao ao governador Cláudio Castro por Flávio Bolsonaro. O senador já negou ter feito o pedido.



Vieira tenta evitar motivos de intervenção dos EUA no Brasil

Mauro Vieira conversa com Rubio sobre Brasil e EUA

Intenção é impedir equiparação de PCC e CV com terrorismo

Por Gabriela Gallo

O ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, ligou para o secretário de Estado dos Estados Unidos (EUA), Marco Rubio, para alinharem uma previsão para o encontro entre o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e estadunidense, Donald Trump (Republicano). Contudo, na mesma ligação, realizada na noite deste domingo (8), para além do encontro entre os chefes de Estado, Vieira começou uma negociação para que os Estados Unidos não enquadrem as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas estrangeiras.

Na última semana, começou a circular a possibilidade de o governo dos Estados Unidos enquadrarem o PCC e o CV como Organizações Terroristas Estrangeiras, após documentos liberados pelo Departamento de Estado. As informações são do UOL. Apesar de a informação ainda não ter sido oficializada pela Casa Branca ou outra instituição do governo dos EUA, Vieira começou o trabalho da diplomacia brasileira acerca do tema.

Para o Correio da Manhã, o professor de relações internacionais do Ibmec Brasília Frederico Dias explicou que organizações criminosas atuam como “empresas” que “são movidas primor-

dialmente pelo lucro econômico e pelo controle de mercados ilícitos” buscando “garantir a continuidade de seus negócios”, mas que não têm o objetivo de derrubar regimes políticos ou impor uma nova ideologia. Por outro lado, “o terrorismo tem finalidade intrinsecamente política, ideológica ou religiosa”.

“O objetivo não é o acúmulo de riqueza, mas a disseminação do terror social para coagir governos ou populações a adotarem certas condutas que tendem à desestabilização ou mesmo à desconfiguração da ordem vigente”, detalhou Dias. “Embora ambos utilizem a violência, a lógica do crime é instrumental (meio para o lucro), enquanto a lógica do terrorismo é comunicativa e simbólica”, completou.

A reportagem ainda conversou com a advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes que reiterou que o ato de enquadrar organizações criminosas como terroristas resultaria em um risco à soberania brasileira, além de estreitar as relações entre os dois países. “Embora à primeira vista pareça apenas um ‘endurecimento’ contra o crime, essa classificação traz efeitos complexos. Os EUA passariam a ter sua jurisdição estendida para o território brasileiro muito mais ampla para investigar e punir qualquer pessoa que financie, facilite, ou mantenha contato com essas organizações”, disse Hanna.